

EDITORIAL 15

A 2 sexta-feira, 11 de junho de 2004

FOLHA DE S. PAULO

RELIGIÃO E ESTADO

É PREOCUPANTE a decisão do governo fluminense de introduzir o ensino do criacionismo nas escolas estaduais. A Bíblia e o belo relato do "Gênesis" sobre a origem da Terra merecem todo o respeito, é claro, mas é preciso aqui repetir o velho brocado: cada coisa no seu lugar.

Há algo de esquizofrênico em um aluno entrar na aula de ciências e aprender que o homem é o resultado de milhões e milhões de anos de seleção natural, como estabeleceu o naturalista Charles Darwin (1809-1882), e, em seguida, ouvir do professor de religião que Adão e Eva foram feitos "à imagem e semelhança de Deus" no sexto dia da criação.

Para evitar esse tipo de situação abstrusa, o ideal é que igrejas ensinem religião e que as escolas da rede oficial fiquem com a ciência. Infelizmente, a Constituição de 1988, num duro golpe contra a separação entre Estado e igreja, estabeleceu o ensino religioso, de matrícula facultativa,

como disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental (art. 210).

O mandamento constitucional, porém, está longe de significar que o Estado deva chancelar a versão bíblica do surgimento do mundo. Aceitá-la ou não é uma decisão individual, que passa pela fé de cada um. Já o evolucionismo darwiniano é ciência baseada em fatos comprováveis.

A sensação que fica é a de que a governadora Rosinha Matheus e o seu marido, Anthony Garotinho, estão se utilizando do sistema educacional para conquistar a simpatia de grupos religiosos e, com isso, alimentar suas aspirações políticas.

De resto, nunca é demais insistir no fato de que foi a separação entre Estado e igreja que permitiu o surgimento das democracias contemporâneas. A Carta brasileira de 88, infelizmente, consagrou um retrocesso ao estabelecer o ensino religioso financiado pelo Estado.

TERÇA-FEIRA, 11 DE MAIO DE 2004

NOTAS E INFORMAÇÕES

O ESTADO DE S. PAULO - A3

EDITORIAL 16

O Planalto reagiu 'com o figado'

O presidente Lula parece ter sido, no governo e no PT, quem respondeu desde logo da melhor maneira à reportagem do correspondente do *New York Times* no Brasil, Larry Rother, publicada domingo sob o título *Brazilian Leader's Tipping Becomes National Concern* (*Hábito de beber do líder brasileiro torna-se preocupação nacional*). Na véspera, ao ser informado da matéria, que já podia ser lida na edição eletrônica do jornal, o presidente aconselhou moderação. "A gente não reage contra esse tipo de coisa com precipitação, com o figado", disse ele ao secretário particular, Gilberto Carvalho.

O conselho não surtiu efeito. O Planalto divulgou uma extensa nota de protesto, desnecessariamente agressiva, registrando a "profunda indignação" do governo, como se a reportagem significasse um ato de hostilidade pessoal ao presidente e uma agressão ao País. O resgate da reputação do chefe do Estado brasileiro — se é que ela precisava ser resgatada — estaria melhor atendido por uma manifestação de protesto cuja serenidade falasse por si.

Mais destoantes ainda da moderação recomendada por Lula foram as constrangedoras declarações do titular da Secretaria de Comunicação, Luiz Gushiken, e do presidente do PT, José Genoino. Segundo o ministro, a reportagem "pode estar a serviço

de posturas de governos centrais que desprezam a soberania alheia, buscam interferir em questões internas e tentam impor uma visão unilateral sobre questões que, num mundo cada vez mais complexo, exigem outra ótica de solução para os conflitos". Ou seja, segundo essa teoria conspiratória, o *New York Times* publicou uma matéria desabonadora sobre Lula para colaborar com o supremacismo do governo Bush.

Na mesma linha desse verborragismo *nonsens*, que vincula o *Times* e um governo que não se suportam, o dirigente petista disse que a reportagem mostra "a retomada da política de preconceito e maldade de um veículo de porte internacional". Não está claro por que o jornal teria sofrido essa imaginária recaída, mas está claro que os homens do presidente brasileiro estão sempre prontos a atribuir as críticas a ele a um preconceito motivado por suas origens sociais. Também a nota do Planalto menciona "afirmações preconceituosas" contra Lula. E na própria matéria do jornal americano porta-vozes do presidente contestam as especulações de que ela trata como "um misto de preconceito, desinformação e má-fé".



EX-LIBRIS

O ESTADO DE S. PAULO

A tese do preconceito, ao menos nesse caso, é tão contestável como diversas passagens do artigo. Para começar, a reportagem não demonstra a alegada "preocupação nacional" com o que a nota do governo chamaria "hábitos sociais" do presidente e que seriam idênticos aos "da mídia dos cidadãos brasileiros". Não cita um episódio concreto em que o desempenho de Lula tenha sido afetado por seu "consumo de álcool". E não comprova a apontada relação de causa e efeito entre isso e as *gaffes* que comete nos seus improvisos, várias das quais reproduzidas no texto.

Além disso, não é verdade que, "sempre que possível, a imprensa brasileira publica fotos do presidente com os olhos injetados e as faces avermelhadas". Tampouco a imprensa "constantemente faz referência tanto aos churrascos de fim de semana nos quais o álcool corre solto quanto aos eventos de Estado em que Mr. da Silva nunca parece estar sem um drinque na mão". Os churrascos e os eventos públicos com a presença do presidente aparecem na mídia não pelo que neles se consuma, mas quando são notícia. Por fim, a matéria é vulnerável por correr, entre outras, a "fontes obscuras e de ne-

nhuma confiabilidade", como as classifica a nota do Planalto, sem nomear o sr. Leonel Brizola.

De todo modo, sejam quais forem as falhas e eventuais maldades da reportagem, o essencial é que ela não se distingue de todas quantas seguem a tradição do jornalismo americano de vasculhar a vida íntima dos governantes — que o diga o ex-presidente Clinton. Desacostumados disso no Brasil, assessores palacia-

nos e políticos petistas investiram furiosamente contra a publicação sem entender a peculiar cultura jornalística que lhe deu origem. Nos Estados Unidos, contudo, a mídia parte do princípio de que figuras públicas têm escasso — ou nenhum — direito à privacidade. E, quanto ao tipo de bisbilhotice que atingiu Lula, ele está em boa companhia na história: afinal, todo mundo sabe — porque a mídia contava — que Winston Churchill não modelou seu "hábito social" nem um dia enquanto conduzia a Inglaterra à vitória na 2.ª Guerra Mundial. Se reconhecesse essa realidade, o governo Lula não teria reagido "com o figado".

Reação exagerada a uma reportagem canhestra do 'N.Y. Times'

O momento certo para evitar pressões externas

O chanceler Celso Amorim reconheceu, durante audiência pública na Comissão de Relações Exteriores da Câmara, que o governo dos Estados Unidos não está pressionando o Brasil para assinar o protocolo adicional ao Tratado de Não-Proliferação Nuclear (TNP). E, de fato, não está. O assunto foi levantado, no início do ano, pela Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA), que por dever de ofício sugere aos países signatários do TNP que adotem também o protocolo adicional, para permitir que as inspeções nas instalações nucleares nacionais sejam mais completas. Note-se que, quando um país adere ao TNP, é ele que fixa, de comum acordo com a AIEA a natureza e a profundidade das inspeções, sempre respeitando o princípio básico de que a agência terá acesso aos estoques de material nuclear e a ela será permitido fazer a contabilidade, isto é, conferir-se a quantidade de urânio enriquecido que for produzida equivale ao volume do material bruto que entrou nas usinas de processamento. O protocolo é, portanto – como o próprio nome diz –, uma medida adicional de garantia e segurança.

Naquela ocasião, o governo brasileiro – que participou de todas as etapas de conceitualização

e elaboração da política de garantias adicionais – não considerou oportuno aderir ao protocolo. O assunto voltou à baila no domingo passado, com a publicação, na primeira página do *Washington Post*, de uma ampla reportagem que apresentava a posição brasileira como um fator de enfraquecimento da política de não-proliferação dos Estados Unidos, agora votada para impedir que o Ira e a Coreia do Norte adquiram capacidade nuclear – que tem a bomba – de disseminar tecnologia crítica. É importante registrar que todas as críticas feitas ao Brasil, na reportagem do *Washington Post*, partiram de militantes de organizações não-governamentais, e não de membros do governo americano.

Nenhum governo estrangeiro tem dúvidas sobre a natureza exclusivamente pacífica do programa nuclear brasileiro, nem existem suspeitas sobre os compromissos assumidos por Brasília no sentido de evitar a proliferação nuclear. Mas a boa-fé demonstrada pelo País não eximirá o Brasil de sofrer pressões de go-

vernios estrangeiros, no futuro próximo, para aderir ao protocolo adicional. Dentro de alguns meses, a usina de processamento de Resende começará a produzir urânio enriquecido, para uso em usinas nucleoeletrônicas, o que colocará o Brasil num seleto clube de poucos países de meia dúzia de países capazes de produzir esse tipo de combustível. Não foi por mera coincidência que, logo após o anúncio de que a usina entraria em funcionamento, a AIEA sugeriu enfaticamente que o Brasil assinasse o protocolo. Além disso, quase cem países já aderiram ao documento, que se tornou parte importante do regime de verificação e controle do TNP – o tratado que recebeu o maior número de adesões em toda a história da humanidade.

Analisando-se a questão objetivamente, não se encontram razões pertinentes que desaconselhem a adoção do protocolo pelo Brasil. Os segredos tecnológicos e industriais desenvolvidos com grande esforço estão devidamente resguardados. Como já observou o deputado Fernando Gabeira, se o



O ESTADO DE S. PAULO

problema é esse, registrem-se as patentes. O governo brasileiro, porém, reluta, ao que tudo indica, movido por um descabido zelo e ainda mais despropositado zelo nacionalista, como se a assinatura do protocolo significasse diminuição da soberania.

Em seu depoimento na Comissão de Relações Exteriores da Câmara, o chanceler Celso Amorim afirmou: "Não vamos nos deixar levar por pressões exteriores. Se o Brasil vai ou não assinar o protocolo, (isso) tem que ser feito de forma racional e soberana, à luz de seus interesses em uma área estratégica." E esse, portanto, o momento de fazê-lo. Não existem pressões externas que possam dar a impressão de que o Brasil cedeu às exigências de outros países. E é do exclusivo interesse nacional reafirmar o nosso compromisso com o desenvolvimento pacífico da energia atômica, evitando, ao mesmo tempo, possíveis atritos com as grandes potências, empenhadas em impedir a proliferação nuclear.

Não há motivos para não assinar o protocolo adicional ao TNP

O Estado de São Paulo 19/04/04

A governadora do Rio errou o bote

Assim que a Petrobrás revelou seus planos para a construção de um oleoduto para levar parte do petróleo produzido na Bacia de Campos até as refinarias localizadas em São Paulo, a governadora Rosinha Mathews montou uma operação de chantagem contra a empresa estatal: não permitiria que o oleoduto cortasse o território do Estado do Rio, a menos que a Petrobrás se compromettesse a construir uma refinaria no Norte Fluminense. Nem no Sul, nem no Centro, mas no Norte Fluminense, pois lá está a maior base eleitoral do casal Garotinho e o marido da governadora precisa de todo o apoio possível para novamente se candidatar à Presidência, em 2006.

A diretoria da Petrobrás avisou, repetidas vezes, que não se submeteria à chantagem e dispunha de alternativa viável e econômica para o oleoduto. A esses avisos, a governadora Rosinha Mathews fez ouvidos de mercador. O seu secretário de Energia foi encarregado de defender a tese de que a Petrobrás deveria construir tal refinaria, para processar o petróleo produzido na plataforma continental do Estado, e, de lá,

o oleoduto distribuiria produtos com valor agregado. A governadora, por sua vez, fez a Assembleia aprovar rapidamente um projeto que aumentou em até 100% o ICMS incidente sobre a compra de equipamentos para a construção de dutos com diâmetro superior a 30 polegadas e outro projeto obrigando a Petrobrás a submeter os planos de construção do oleoduto à Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente. O primeiro projeto destinava-se a tornar proibitivamente cara a construção, já que o oleoduto teria 40 polegadas; o segundo foi feito para que a Petrobrás se enredasse no cipoal do licenciamento ambiental, passando por cima do Ibama, órgão federal que deveria aprovar o projeto da Petrobrás.

Na segunda-feira, a Petrobrás anunciou que não construiria o oleoduto – o que significa que também não construiria a refinaria no quintal eleitoral dos Garotinhos. Se o Rio de Janeiro tiver interesse, deverá disputar com outros 12 Estados, em igualdade de condições, a localização da refinaria, um processo de escolha que não será iniciado antes de 2010.

A governadora Rosinha Mathews, tendo como objetivo exclusivo os interesses eleitorais familiares, causou um grande prejuízo à população do Rio de Janeiro e também a todo o País. A Petrobrás, que investiria R\$ 4,65 bilhões para escoar 640 mil barris de petróleo por dia pelo oleoduto – de uma produção que chegará a 1,7 milhão de barris, em 2007 – gastará agora R\$ 2,7 bilhões no projeto alter-

Na disputa pela refinaria da Petrobrás, o Rio ficou sem ela e sem o oleoduto

nativo, que prevê o escoamento de 90% da produção da Bacia de Campos por navios. O projeto original criaria 34 mil empregos, sendo 24

mil no Rio, agora reduzidos a apenas 10 mil. Na fase de operações, seriam criados 3,7 mil empregos, número reduzido para 1,8 mil. Não serão consumidos 200 mil toneladas de tubos de aço e máquinas e equipamentos que custariam cerca de R\$ 500 milhões. O novo projeto também gerará empregos, mas a perda líquida para o Rio, na comparação com o projeto do oleoduto, será de 17,5 mil postos de trabalho. Os municípios por onde passaria o

oleoduto não receberão os royalties correspondentes.

A Petrobrás, por sua vez, deixará de contar com uma alternativa segura para o escoamento do petróleo, tendo de confiar apenas em navios para o transporte. E os navios adicionais – quatro petroleiros gigantes, com capacidade de 1 milhão de barris cada – não serão construídos nos estaleiros fluminenses, como também pretendia a governadora. A Petrobrás fez as contas e considerou mais barato fretá-los no exterior, apesar do aumento do custo operacional do transporte do óleo para os terminais de Ilha D'Água e Angra dos Reis, no Rio, e São Sebastião, em São Paulo.

A governadora Rosinha Mathews imaginou fazer da Petrobrás um trampolim para os planos eleitorais de seu marido, ameaçando comprometer um projeto essencial para que o Brasil atinja a meta da auto-suficiência de petróleo em 2007. Conseguiu apenas afastar investimentos e empregos de seu Estado.